

Água e o desenvolvimento em uma abordagem decolonial: por epistemologias “outras” para a vida¹

~~~~~  
CAMILA MELLO

~~~~~  
MÁRCIA REGINA FERREIRA
~~~~~

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo discutir as narrativas do desenvolvimento, problematizando a construção do conhecimento que separa sociedade e natureza. Em trabalho anterior (Ferreira, 2019), abordamos como o campo das ciências ambientais tem se mostrado como uma área de conhecimento fecunda para a descolonização epistêmica. Esta mudança de paradigma desenvolve uma perspectiva biocêntrica, a qual rompe a visão antropocêntrica que prega a separação entre ser humano e natureza, entre mente e corpo, entre superior e inferior, em um mundo hierarquizado. Além disso, é uma ruptura dentro das opções que se tem hoje de desenvolvimento (progresso e modernização), o qual é construído em um mundo fundamentado na destruição ambiental. Desta forma, a perspectiva biocêntrica rompe também o reducionismo do antropocentrismo que explica a prevalência do valor econômico na sociedade moderna.

Assim, a abordagem biocêntrica, que é característica da abordagem decolonial, busca criar caminhos que enriqueçam o saber sistêmico, o reconhecimento de diversas epistemes, assim como todo o ver, sentir,

---

<sup>1</sup> Este capítulo é resultado da pesquisa realizada na dissertação de mestrado de Mello (2018).

pensar e agir com a Terra, buscando alternativas ao modelo de desenvolvimento apresentado (Escobar, 2014). Diante disso, questionamos: se sociedade e natureza se apresentam como um projeto da modernidade, como as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira respondem ao modelo de desenvolvimento proposto? Com base nos saberes das comunidades quilombolas, nos saberes oriundos de reexistências e lutas em seus territórios, que lições podemos aprender acerca de suas relações (cosmovisões) com a água e epistemologias outras?

Para tanto, aborda-se a temática da água no contexto da história, das novas ameaças e dos desafios relacionados à defesa do Território do Vale do Ribeira, mais precisamente do Rio Ribeira de Iguape (últimos 30 anos), em face do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. A partir da abordagem decolonial, aproxima-se dos saberes endógenos do vale do Ribeira, assim como todos os desdobramentos da organização do MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira SP/PR, enquanto movimento social, ecológico e produtor de conhecimento.

Neste capítulo abordaremos o processo de modernidade, colonialidade e decolonialidade, a fim de proporcionar reflexões e subsídios não só para políticas públicas de desenvolvimento territorial, como também de contribuir para a produção científica crítica acerca dos saberes locais e das diferentes epistemologias que constroem os lugares, assim como dos territórios, seus modos de vida e o direito da natureza. A abordagem decolonial tem como atores relevantes as comunidades locais, os novos movimentos sociais, organizações não governamentais e os produtores de conhecimentos (indivíduos e movimentos sociais) e como esses produtores de conhecimento resistem, adaptam, subvertem o conhecimento e poder dominante e criam seu próprio conhecimento e suas próprias estratégias de resistência e de reexistir (Escobar, 2010).

O capítulo está organizado em quatro seções, considerando esta introdução. A segunda dedica-se aos modelos de desenvolvimento apresentados

como modelo único pelos países centrais e suas diversas narrativas aos países periféricos (colonizados) e as questões relacionadas à água como mercadoria. Posteriormente adentrarmos nos resultados da pesquisa de campo acerca da região do Vale do Ribeira, a qual foi umas das regiões mais exploradas desde o período colonial e imperial até os dias de hoje. Discutimos a exploração desses últimos trinta anos, que foi intensificada pelas propostas de barragens para hidrelétricas, e descrevemos como as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira se organizam para se defender e defenderem seus territórios e o direito da natureza (água). Por fim, ao relacionar o tema do desenvolvimento com as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira a partir de uma perspectiva biocêntrica e de alternativas ao desenvolvimento, encontramos um pensar, sentir e agir no território (lugar vivido) que geram e fortalecem epistemologias outras.

## 2 O DESENVOLVIMENTO EM UMA ABORDAGEM DECOLONIAL NO SENTIR PENSAR COM A TERRA: A ÁGUA DIANTE DO PARADIGMA DO MERCADO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NARRATIVAS DO DESENVOLVIMENTO E AS ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Para Alier (1998) o tema desenvolvimento sustentável, difundido na conferência do Rio em 1992, explica os conflitos entre Norte e Sul. Segundo o autor, é necessário estarmos céticos em relação aos objetivos ambientais, já que os recursos naturais que são propriedades dos pobres, ou das populações empobrecidas, são vendidos a preços módicos, com discurso baseado na sustentabilidade.

O peruano Aníbal Quijano (2000) nos coloca o desafio de que há um fantasma do desenvolvimento na América Latina, devido aos povos que foram colonizados pelos europeus clamarem por todas as dimensões garantidas pelo estado de bem-estar social, como forma de progresso e

crescimento. O autor nos alerta que no fim dos anos setenta ocorreram fortes reflexões sobre a invenção do Terceiro Mundo, e que a partir daí seria mister refletir também sobre o discurso do Desenvolvimento que se propunha para o então Terceiro Mundo. Em suas reflexões também destaca que a sociedade capitalista, nesse caso como o capitalismo, tornou-se um padrão de dominação, exploração e conflito, no qual o Estado Nação Moderno tem sido o grande estimulador do desenvolvimento.

Para esse autor, ao se considerar a história-geográfica e seu espaço tempo, é necessário fazer a crítica ao eurocentrismo no debate acerca do desenvolvimento. Pois, junto a ideia de modernidade se tem também a ideia de raça, onde se produziu e distribuíram as novas identidades sociais (índio, negro, amarelo, branco e mestiço) e as formas de dominação, exploração e conflito sobre o trabalho. De igual forma, produziram e distribuíram também as novas identidades geoculturais (América, Europa, Ásia, África, Oriente e Ocidente), segundo as quais se distribuía o controle do Poder político e cultural do planeta.

Dentro deste contexto racializante apresentado pelo colonialismo e desenvolvimento, assim como o dualismo do superior e o inferior, e o desenvolvido e subdesenvolvido, separação ser humano e natureza, Quijano (2011) alega que o tema desenvolvimento sempre foi mantido pela sociedade capitalista liberal, a qual foi colocando sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo. No entanto, segundo o autor, seguimos no mesmo sentido que o desenvolvimento buscou, apenas com algumas variações: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etno-desenvolvimento, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, desenvolvimento transformador, territorial, mas sempre desenvolvimento, no fim das contas.

Para avançarmos nas narrativas do desenvolvimento, é preciso entender a abordagem de Quijano (1992) sobre o eurocentrismo que envolve a compreensão acerca dos processos de colonialidade e racionalidade dentro da construção do projeto de modernidade (século XV e XVI) no mundo. A partir dessa compreensão histórica, é possível pensarmos em possibilidade de desenvolvimento com opção de escolha. Para o autor, há uma classificação social posta, que ele denomina de colonialidade<sup>2</sup> do poder e que surge para designar a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça. Assim essa classificação nasce com uma construção mental (subjetividade do ser) que expressa a experiência da dominação colonial e desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial (poder, saber e ser), incluindo sua racionalidade específica, que é o eurocentrismo. Nessa construção da colonialidade do poder, do saber e do ser, os efeitos são: a exploração de pessoas de alguns territórios, a dominação de uma cultura sobre a outra, o extermínio da biodiversidade e sociodiversidade, a naturalização da morte e o epistemicídio.

Segundo a pesquisadora Cida Bento (2022), o discurso europeu, com a colonização europeia, destacou o tom da pele como base principal para distinguir status e valor, e que, considerando os povos originários e os negros escravizados como “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos”, demonstrou toda a percepção eurocêntrica no processo de expansão territorial. Para a autora, a “colonização europeia das Américas inaugurou um sistema mundial capitalista que ligou raça, terra e divisão do

---

2 Neste aspecto é importante ressaltar que há uma distinção entre colonialidade e colonialismo, pois trata-se de diferentes momentos históricos. A colonialidade é um conceito maleável que opera em diferentes níveis, enquanto o colonialismo torna visível o outro lado da modernidade (a parte invisível de dominação e exploração, controle e manipulação), e por outro lado, gera a energia que dará respostas decoloniais. Neste sentido, diante de tantos questionamentos sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e sociedade colonizada pelo economicismo, colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade do poder, modernidade, poder, globalização, democracia e outros, o surgimento de conceito como decolonialidade nos auxilia a avançar sobre que desenvolvimento estamos falando e qual pós-desenvolvimento de fato queremos construir.

trabalho” (Bento, 2022, p. 36), conferindo assim a relação de dominação entre os povos originários e escravizados.

De acordo com o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2014), entre as denominações primeiro mundo e terceiro mundo surgiram discursos carregados de uma orientação moderna colonial e ocidental, e que carregam, em suas práticas e discursos, as instituições que promovem o modelo de desenvolvimento definido para muitos países do mundo.

Para Escobar (2010), as teorias do desenvolvimento podem ser analisadas pelo menos por três paradigmas. Um é a Teoria Liberal, onde se apresenta a proposta de promover desenvolvimento mais igualitário e um desejo de aprofundar o projeto de modernidade apresentado desde o século XVI. Outro é a Teoria Marxista, que apresenta a ideia de reorientar o desenvolvimento em direção à justiça social e à sustentabilidade (sem discutir se seria fraca ou forte). A terceira abordada é a Teoria Pós-Estruturalista, a qual busca romper o projeto de modernidade e a narrativa do desenvolvimento com essa crença no progresso. A Teoria Pós-Estruturalista visa articular uma ética do conhecimento especialista como prática da liberdade abordando a importância dos atores das comunidades, reconhecendo que as pessoas do lugar são produtoras de conhecimento e de ação em prol do seu território e defesa da natureza.

Diante deste paradigma de mercado, Gudynas (2010) considera que esse cenário apresenta um paradigma pautado em uma insustentabilidade. Ou seja, essa busca incessante de crescimento econômico, busca intensiva de lucro, a qual gera uma relação artificial com o ambiente, visa apenas alimentar a ideologia do progresso, e esse modelo é da insustentabilidade tanto social como ambiental. No entanto, esse paradigma é uma das correntes do desenvolvimento, e, para além deste modelo da insustentabilidade social e ambiental, o autor também aborda a importância de se pensar a sustentabilidade, considerando diversos aspectos como: fraca ou débil, forte e superforte.

Nesse aspecto o autor apresenta conceitos-chaves para verificar se o desenvolvimento proposto se dá em bases fortes ou não. Estão categorizados da seguinte forma: 1) Desenvolvimento sustentável débil – o autor afirma que este modelo aceita modificar os processos produtivos atuais para reduzir o impacto ambiental, e considera que a conservação é necessária para o crescimento econômico. Mas, por outro lado, essa corrente aposta em reformas técnicas (melhores e mais eficientes usos de energia, mitigação de contaminação etc.). E coloca um forte peso nos instrumentos econômicos. Nessa corrente, segundo o autor, está detrás a ideia de recentes estudos de “valoração econômica” dos recursos naturais e o conceito de “Capital Natural”. 2) Desenvolvimento sustentável forte – a autor aqui adverte que nem toda natureza pode ser reduzida a um capital natural e que nem tudo pode ser valorado economicamente. Ele apresenta como exemplo árvores, que podem ser convertidas em móveis (capital natural transformado em bens), ou seja, é necessário assegurar a sobrevivência das espécies e a proteção de ambientes críticos, mas é também possível o uso econômico. 3) Desenvolvimento sustentável em uma abordagem de sustentabilidade superforte – é quando o ambiente é valorado de muitas maneiras e muitas diferentes bases econômicas, existindo também valores culturais, ecológicos, religiosos, estéticos, que são tanto ou mais importantes. Nessa abordagem de sustentabilidade forte há uma visão biocêntrica, a luta pela justiça social e ecológica, assim como a busca para gerar alternativas ao desenvolvimento.

Nessa corrente se defende a pluralidade de valores éticos e comunitários, mas com a particularidade adicional de que, entre esses valores, se reconhecem os valores próprios ou intrínsecos do ser humano, como a proteção da vida, que é também um valor inerente a outros seres vivos. No Quadro 1 é possível identificar diferentes aspectos das três correntes.

Quadro 1 – Atributos-chaves das correntes de desenvolvimento sustentável

| <b>Elemento</b>   | <b>Sustentabilidade Débil</b> | <b>Sustentabilidade Forte</b> | <b>Sustentabilidade Superforte</b>     |
|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------|
| Perspectiva       | Antropocêntrica               | Antropocêntrica               | Biocêntrica                            |
| Desenvolvimento   | Crescimento Material          | Crescimento Material          | Qualidade de vida, Qualidade Ecológica |
| Natureza          | Capital Natural               | Capital Natural               | Patrimônio Natural                     |
| Valoração         | Instrumental                  | Instrumental ecológica        | Múltipla, intrínseca                   |
| Atores            | Consumidores                  | Consumidor Cidadão            | Cidadão                                |
| Cenário           | Mercado                       | Sociedade                     | Cidadão                                |
| Saber científico  | Conhecimento Privilegiado     | Conhecimento Privilegiado     | Pluralidade de conhecimentos           |
| Outros saberes    | Ignorados                     | Minimizados                   | Respeitados, incorporados              |
| Práticas          | Gestão Técnica                | Gestão Técnica Consultiva     | Política Ambiental                     |
| Justiça Social    | Improvável                    | Possível                      | Necessária                             |
| Justiça Ecológica | Impossível                    | Possível                      | Necessária                             |

FONTE: Gudynas (2010) com livre tradução.

Diante desses contextos podemos afirmar que a luta pela água é também uma luta por território, uma vez que se procura legitimar diferentes formas de relação com a água, de acordo com os interesses dos sujeitos sociais.

O desenvolvimento foi sempre discutido pelos padrões eurocêntricos, este eurocentrismo que tem plena hegemonia mundial. É necessário projetar um processo de descolonização epistêmica, para pensar de forma mais prudente as epistemologias e os modos de vida dos povos da América Latina. Nesse contexto, cabe ressaltar que na América Latina, ou

melhor, Abya Yala<sup>3</sup>, desde a invasão e a colonização, o conhecimento foi usado para dominar tanto a natureza como os povos originários. Sob essa mesma perspectiva, Mignolo (2016), em um texto crítico sobre a humanidade e a construção do racismo, afirma que os conceitos de colonialidade e as abordagens decoloniais têm possibilitado a reconstrução de histórias silenciadas, de subjetividades reprimidas, de linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade moderna. Para o autor, o pensamento decolonial “tem como razão de ser e tem como objetivo, a decolonialidade do poder”.

Nesse sentido, a interculturalidade em perspectiva crítica também é assumida neste capítulo quando coloca o problema estrutural-colonial-racial imposto pela modernidade/colonialidade, bem como sua ligação ao capitalismo, e questiona sua lógica racional instrumentalista (Quijano, 2011). É na realidade um marco de teoria social forte, com orientação cultural e epistêmica, que oportuniza construir conhecimentos acerca do território, que rompe o pensamento único e considera os saberes e a existência de diversas epistemologias, pois denuncia o silenciamento dos saberes e experiências do lugar criados pela globalização eurocêntrica.

Essa abordagem da decolonialidade e interculturalidade resgata a importância do lugar, da natureza e das territorialidades, por meio de uma inflexão decolonial (Restrepo, 2010), a qual faz uma crítica epistêmica e busca um paradigma outro, não só para problematizar a colonialidade do poder e do saber, mas também para pensar alternativas ao desenvolvimento. Para Walsh (2019), a interculturalidade e a decolonialidade do poder apresentam-se como um pensamento e um posicionamento “outro” que é realizado pela compreensão da diferença colonial.

---

3 Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien, e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição à América (Porto-Gonçalves, 2015, p. 2)

Assim, a interculturalidade representa uma lógica construída a partir da particularidade da diferença. É uma proposta que busca construir um pensamento “outro” que orienta o programa dos movimentos sociais nas esferas política, social e cultural, o qual em seu movimento de ação vai afetando (descolonizando) tanto as estruturas como os paradigmas dominantes que estão postos.

Gudynas (2019), buscando contrapor os paradigmas dominantes existentes e visando elementos para pensar um pós-desenvolvimento e a possibilidade de vida da mãe-terra meio de políticas ambientais efetivas, aborda o direito da natureza. Também Cullinan (2021), preocupado com esta visão de mundo de alguns países que só visam maximizar o próprio produto interno bruto (PIB), gerando a degradação do ambiente e por meio dessas práticas contribuem negativamente para as mudanças climáticas, defende também os Direitos da Natureza.

Segundo o autor, os Direitos da Natureza assim como os Direitos Humanos são inalienáveis, buscam garantir o direito de existir, de ocupar um lugar físico e de interagir com outros seres de uma maneira que lhes permitam seguir seus processos evolutivos e ecológicos. Alguns países, como Equador, já possuem em sua Constituição desde 2008 essa proposta, como estabelecido no Artigo 72 de sua Constituição: “A natureza ou Pacha Mama, onde a vida se reproduz e existe, tem o direito de existir, persistir, manter e regenerar seus ciclos vitais, sua estrutura, suas funções e seus processos evolutivos” (Cullinan, 2021). Destaca ainda que a Constituição do Equador e a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra da Bolívia em 2010 mostram uma visão ecocêntrica que rompe com a visão antropocêntrica da modernidade, que é este capitalismo baseado no consumismo e na exploração e que encara a Terra como um recurso a ser explorado, assim como suas águas. Já a visão ecocêntrica reconhece que a Natureza tem direitos, apresenta a Terra como um organismo vivo e autorregulada de seres inter-relacionados, os quais têm

como propósito manifestar para as pessoas a importância de coexistirem harmoniosamente na comunidade da Terra, em vez de legitimar e facilitar sua exploração e degradação de nossa casa comum.

Seguindo essa proposta de romper os paradigmas dominantes e trazendo ainda elementos para um pós-desenvolvimento, Escobar (2014) aborda os conceitos de Sentir e Pensar com a Terra a partir de novas leituras sobre o desenvolvimento, o território e a diferença. O autor destaca que “[...] os movimentos sociais, em particular os da população das florestas tropicais, invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: a sua identidade, o seu território, a autonomia política, e a sua própria visão de desenvolvimento”. Segundo o autor, para esses povos e comunidades, trata-se de entender o direito de existir como uma questão cultural, política e ecológica.

Desse modo, para o autor, o conhecimento local, baseado no lugar, é uma maneira específica de conceber sentido ao mundo, visto que, com a globalização, o lugar desapareceu. Ainda para ele, diante dessa afirmação, inicia-se uma tarefa importante, que é a de tornar visível as práticas e processos que revelam múltiplas formas de resistência ao capitalismo, a modernidade ao próprio desenvolvimentismo. Ou seja, somente no espírito do pós-desenvolvimentismo poderemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chaves da política do lugar, onde o território é visto como lugar de vida com sua cosmovisão, onde saberes ancestrais com sua relação com a natureza são destacados e reconhecidos, e isso é romper com uma lógica dominante.

O conceito de sentirpensando de Fals Borda resgatado por Escobar (2014) sobre os saberes de comunidades ribeirinhas apresentam a forma em que as comunidades territorializadas têm aprendido a arte de viver, assim o sentirpensar com o território implica pensar desde o coração e desde a mente. Quanto à relação das comunidades com seu território, em especial a sua relação com a água, Moncayo (2009) destaca que os ribeirinhos ou comunidades que vivem próximas às águas que seguem para o

Mar Atlântico são apresentados por Fals Borda como o *homem-hicotea* ou sentipensante, que se sabe como ser duradouro para enfrentar os contratempos da vida e ser capaz de superá-los por meio de ações de resistência, buscando sempre seu modo de existir gerando em seu território a mesma energia de antes. Considera-se um ser sentipensante, pois combina razão e amor, corpo e coração, para se livrar de todas as adversidades que desmembram essa harmonia com seu território.

Para Gómez (2021, p. 510), essa concepção conhecida a partir de estudos de Fals Borda significa “Agir com o coração usando a cabeça”. Assim, sentirpensar constitui um léxico afetivo dessas comunidades que, ao unir experiência e linguagem, criam uma forma revolucionária de viver, gerando uma gramática diferente. Dentro deste contexto, o sentirpensar é uma proposta de ação radical no mundo, pois “expressa uma resistência ativa à tríade capitalista de desapropriação, guerra e corrupção que apaga as cosmovisões ancestrais – às vezes milenares – que acompanham as lutas dos povos” (Gómez, 2021, p. 511).

Nesse sentido, o conhecimento local, a vivência comunitária e o afeto podem contribuir para o fortalecimento do território. Luiz Macas (2010), que é liderança e pensador indígena equatoriano, aborda outras formas de viver que envolvem um olhar atento à comunidade, as quais submergem pelas experiências de lutas contra a colonialidade, as estratégias de resistência à modernidade e a construção de uma luta estratégica contra-hegemônica por um sistema distinto do modelo capitalista neoliberal, que ainda é um regime colonial. Segundo o autor, desde a visão das nacionalidades originárias, a concepção de comunitário é constituída pela comunidade e seu entorno, e todos os elementos da comunidade natural e relações de cuidado. Por fim, para ele essa é a mesma concepção em que se predomina a noção e denominação do conceito de território, pois é nesse espaço que se promove todas as possibilidades de vida.

Ao relacionar comunidade, território e água, Vandana Shiva (2006), ativista e pesquisadora indiana, explica que a água estabelece diferentes vínculos e relações entre os seres humanos e as demais formas de vida, é um elemento natural, cuja falta impede a vida na Terra, é um bem comum, mas que nem todos na humanidade têm acesso. Qualquer atividade humana implica mais ou menos água, direta ou indiretamente. Mesmo as grandes aglomerações urbanas não podem prescindir da água para as diversas atividades que nelas se desenvolvem e para o abastecimento de suas populações. Enfim, para a autora, a água, diferentemente de qualquer outro mineral, é insubstituível e a água também está presente nas inúmeras ações cotidianas, assim como constitui um território e participa na formação da cultura de diferentes povos e diferentes comunidades.

De acordo com o geógrafo e pesquisador Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008), o domínio territorial dos corpos d'água é inerente a qualquer comunidade de vida, pois somente os corpos d'água se inscrevem como fundamentais para qualquer comunidade biótica, inclusive a espécie humana. Para o autor, a água, como está infiltrada em tudo, no ar, na terra, na agricultura, na indústria, na nossa casa, no nosso corpo, revela nossas contradições socioambientais melhor que qualquer outro tema (Porto-Gonçalves, 2018). Diante disto, a conceituação de água como um recurso a ser explorado fere diretamente a outras formas de pensar e se relacionar com a água, que vão para além de um simples recurso, ou um bem de valor econômico. Neste caso, a água se apresenta como parte da cultura, assim como a cultura sendo parte das águas. Essa dimensão revela-se novamente com uma marca da colonialidade e da modernidade presente nas relações da sociedade e de como cada indivíduo se relaciona com a natureza, diferentemente dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que se organizam com base em modelos locais da natureza, e podem igualmente ser reinterpretados como constitutivos de uma série de práticas não capitalistas, muitas, apesar de que não todas, ecológicas (Escobar, 2005).

Segundo Porto-Gonçalves (2009), a água se configura como um trunfo de poder sobre os povos e os territórios e, conforme o aumento e o avanço da sociedade capitalista, estabelece-se com grande força e intensidade nos territórios e nas lutas sociais mundiais do presente e no futuro. Nesses conflitos estão presentes diversas reivindicações que vão desde o controle, acesso e gestão constantemente ameaçados sobre a lógica da apropriação e privatização do uso das águas por grandes corporações ou empreendimentos de desenvolvimento.

O autor ainda afirma ser inegável perceber esse trunfo de poder, que se configura sob o controle e gestão da água, pois se articula diretamente aos domínios dos territórios. Diante disso, ao assumir esta abordagem, que busca considerar diferentes epistemes e conhecimentos locais sobre as águas e suas territorialidades, é necessário compreender essas outras formas de pensar, de maneira decolonial. Ou seja, buscar referências e parâmetros que considerem as águas não como um recurso a ser explorado e sim como um bem comum dos povos e da vida. Segundo Shiva (2006), a crise da Água é a dimensão mais difusa, mais severa e mais invisível da devastação ecológica da Terra.

Para a autora, a filosofia do desenvolvimento centrado na economia de mercado e capitalista corrói o controle comunitário, pois promove tecnologias que violam o ciclo da água, como as barragens, gerando inevitavelmente a escassez. Essa escassez faz parte da lógica dessa filosofia e gera um conflito entre dois paradigmas que ajudam a explicar as crises atuais: o paradigma do mercado que constrói a escassez da água como uma crise que resulta na criação de comércios de água, e desta forma a água passa a ser mercadoria de alto valor, e há também o paradigma dos povos originários, camponeses e comunidades tradicionais que veem a água como um bem comum (Diegues, 2007).

Alier (2017) destaca – e nos questiona sobre – os valores colocados em jogo, pelos defensores de rios nos seus locais, diante da privatização,

mercantilização e transformação da água em capital, como um marco importante no que se refere às lutas em relação à natureza e à defesa dos bens comuns. O processo de privatização dos rios e das águas, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, está cada vez mais acelerado. A privatização das águas muitas vezes ocorre de forma sutil e está na mesma medida subjetiva da colonialidade das mentes, dos corpos, saberes e dos territórios quando usam de lógicas que não dialogam com suas especificidades e que se materializam em ações que vão desde a transferência de responsabilidades da gestão e da distribuição das águas aos municípios, às Parcerias Público Privadas (PPP), ou até leilões de hidrelétricas, concedendo por décadas o direito de exploração dos recursos hídricos a uma única empresa.

De acordo com Shiva (2006), o conceito da escassez, aliado ao do crescimento e desenvolvimento, resulta “numa forma de roubo” da natureza e das pessoas. A autora alega que reduzir florestas naturais e convertê-las em monocultura de pinheiros, por exemplo, para criar matérias-primas industriais, gerar renda e crescimento, é uma das principais formas de “roubar” águas dos territórios.

Espinoza (2016) traz elementos importantes para pensarmos sobre as estratégias do mercado ao criar o Conselho Mundial da Água (CMA). Segundo ele, criou-se essa organização de caráter multilateral envolvendo diversos atores relacionados à gestão e ao uso da água. Entre as atribuições do CMA estão as quatro linhas de ação vinculadas às Metas do Milênio referentes aos recursos hídricos e ao saneamento básico, que têm por objetivo formar a opinião pública internacional e destacar lideranças de países sobre a “visão mundial da água”, uma espécie de doutrina do Conselho, ou melhor, a visão única da água, onde as grandes corporações vêm construindo uma ideologia, que vê como problema as múltiplas e diferentes visões acerca das águas, e a partir de uma única visão busca tornar a água “um negócio de todos”. Entretanto, nessa visão colonial, desenvolvimentista e

mercantilista, a água está associada à ideia do comércio para toda a população, como apenas usuários e consumidores.

Segundo o autor, foram realizados centenas de acordos e encontros internacionais entre governos e organizações não governamentais, mas foram poucas as deliberações que desempenharam um papel significativo no cenário global para a gestão das águas de forma transparente e justa. Ainda afirma que, mesmo diante das tentativas de envolvimento e participação de diferentes setores, a perspectiva sociológica pela colonialidade de poder mostra que existe uma hierarquização de saberes e uma subalternização de grupos que não dominam os elementos prestigiados nas arenas de debate sobre a água.

Portanto, a resistência para combater o mercantilismo d'água e a defesa do seu “desmercantilismo” deve ser defendida, declarada e mantida como um bem comum. Conforme nos mostra Shiva (2006), a água, bem comum a todas as formas de vida, não será destruída desde que haja o uso controlado por regras de conservação de base comunitária. Cabe ressaltar aqui a categoria de Bem Comum desenvolvida e aprofundada por Elinor Ostrom (1990) em “Common Pool Resource”, ou Governança dos Bens Comuns. Em seu livro, a autora apresenta inúmeros estudos empíricos com comunidades que realizam, de forma bem-sucedida, a própria gestão de bens comuns – entre eles os casos dos rios, das florestas, dos lagos, entre outros. A autora concluiu em sua obra que os resultados neste tipo de gestão são mais eficientes, e que nessas comunidades o comportamento dos agentes distancia-se do egoísmo, escassez e individualismo apresentado em outras abordagens.

Diante desses contextos de narrativas do desenvolvimento e de discussões acerca do desenvolvimento sustentável, verificamos que ao avançarmos na política ambiental é preciso um giro biocêntrico (Gudynas, 2019) ou ecocêntrico para desenvolvermos alternativas ao desenvolvimento. Nesse sentido, na busca de um modo de vida viável (alternativas ao desenvolvimento proposto), será necessário romper o mito do

progresso, a crença desenvolvimentista, o racismo e a ideia de escassez para a compreensão da água como base para a vida.

### **3 ÁGUA E OS SABERES ORIUNDOS DO PROCESSO DE REEXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO VALE DO RIBEIRA: HISTÓRIA, NOVAS AMEAÇAS E OS DESAFIOS RELACIONADOS À DEFESA DO TERRITÓRIO E DAS ÁGUAS**

A fim de registrar as percepções e saberes dos povos e comunidades tradicionais envolvidas nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, mais precisamente em defesa do Rio Ribeira, é necessário contextualizar o movimento e o processo de construção do MOAB. De acordo com Rosa (2007), a origem do MOAB se deu devido às ameaças de um conjunto de barragens no Rio Ribeira, que alagariam inúmeros territórios quilombolas na região. Foi então que, a partir da Constituição de 1988, as lideranças na época se atentaram para o artigo 68, que prevê os direitos constitucionais de áreas remanescentes de Quilombo, como sua principal defesa quanto à possível construção da Usina Hidroelétrica - UHE de Tijuco Alto.

Segundo suas pesquisas, a região do Vale do Ribeira foi umas das regiões mais exploradas no período colonial e Imperial. No século XVI, com as bandeiras de mineração, os colonizadores iniciaram suas expedições partindo do litoral sul do estado para o interior do Vale do Ribeira, e já no século XVII a região estava povoada por colonos europeus que mantinham a economia extrativista e agrícola do Brasil Colônia utilizando-se de escravizados negros recém-trazidos de diversas regiões da África e de mão de obra indígena da região (Rosa, 2007).

Para Nascimento (2005), o deslocamento para o interior se deu devido à possibilidade de navegação no Rio Ribeira de Iguape, visto que apresentava boas condições para navegação, com largura considerável, boa profundida-

de e pequena diferença de nível. Foi a partir daí que a economia da região do Vale do Ribeira passou a se desenvolver, ou seja, quando iniciou seu primeiro empreendimento econômico em escala comercial: a mineração.

De acordo com Sueli Berlanga (2017), liderança e fundadora do MOAB, o processo de ocupação do Vale do Ribeira teve como base a exploração mineral, origem de conflitos tanto no passado como atualmente. Alves e Sahr (2010) ensinam que se pode afirmar sem receio que a marca intrínseca da população do Vale do Ribeira sempre foi a disputa pelo território pelas possibilidades do extrativismo de minérios como o ouro. Apesar disso, a história oficial pouco fala sobre o fato de a região do Vale do Ribeira ter sido a primeira a sofrer com os processos da mineração. Vale destacar que essas disputas sempre ocorreram de forma fragmentada, por meio de ações que desprezam a história conjunta desses territórios frequentemente inviabilizados.

Às margens do Rio Ribeira de Iguape surgiram as primeiras jazidas auríferas do Brasil, com a descoberta de ouro na zona do médio Ribeira. Devido à sua posição estratégica, Iguape passou a ser porta e rota de escoamento do metal para a metrópole, inaugurando a primeira casa de Fundição de Ouro do país (Nascimento, 2017). A população escravizada também seguiu o ritmo das atividades econômicas, como na região do Alto Ribeira, que na época de elevação concentrava cerca de 700 habitantes na Vila de Apiaí, dos quais 400 eram escravizados – ou seja, a população negra escravizada era maior que a dos brancos, demonstrando a relevância da mão de obra escravizada nesse período.

Segundo Marinho (2007), a incorporação econômica do Vale do Ribeira está relacionada com o processo de um desenvolvimento baseado na maximização de lucro, por meio da aceleração da industrialização, do investimento em projetos de infraestrutura e de agropecuária para exportação, que ganhou força a partir de 1950 e perdurou durante todo o governo militar. Conforme o autor, entre 1950 e 1980 aumentou a

especulação e “grilagem” de terras e, em seguida, a concentração fundiária e formação de latifúndios para a maior parte de empresários paulistas, causando tensão e conflitos em diversas localidades ao longo do Vale do Ribeira.

É preciso também destacar que existem conflitos de sobreposição entre os territórios tradicionais das populações locais e tradicionais com a criação das unidades de conservação. Na região no início da década de 1970 houve uma tentativa de regularização fundiária das posses rurais por meio de um convênio entre a SUDELPA e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, segundo o Instituto Socioambiental (2016). Com isso, deu-se início à demarcação de terras e à distribuição de títulos de propriedade a pequenos posseiros no Vale do Ribeira. Porém, essa forma de “demarcação” desconsiderava a existência de terras comunais, permitindo que estas fossem loteadas. As áreas destinadas à criação dos parques são, de acordo com o Estado, terras devolutas e, nesse sentido, estão livres da presença humana. E é sobre elas que recai o ônus das restrições ambientais até os dias de hoje. No entanto, no caso do Vale do Ribeira, bem como de outras regiões do Brasil, ignora-se a ocupação secular e memorial das comunidades negras e outros segmentos de povos e comunidades tradicionais (Nascimento, 2017).

Como explana Nascimento (2017), a maioria da população que ocupa historicamente o Vale do Ribeira desde o passado colonial, fruto de trabalho escravo, ainda hoje faz parte de um grupo social à margem dos benefícios do atual Estado Republicano, mesmo com o fim do período escravocrata. As populações negras rurais e urbanas assim como os territórios quilombolas da região do Vale do Ribeira, cujos antepassados fizeram parte do passado colonial, só passaram a ter visibilidade no contexto político federal, estadual e municipal recentemente. Essas comunidades tradicionais, ribeirinhas, ainda hoje possuem uma relação intrínseca com o rio, o qual desempenha papel fundamental como meio de

comunicação, transporte, pesca, lazer, e como instrumento para a perpetuação da dimensão simbólica dos habitantes desses territórios.

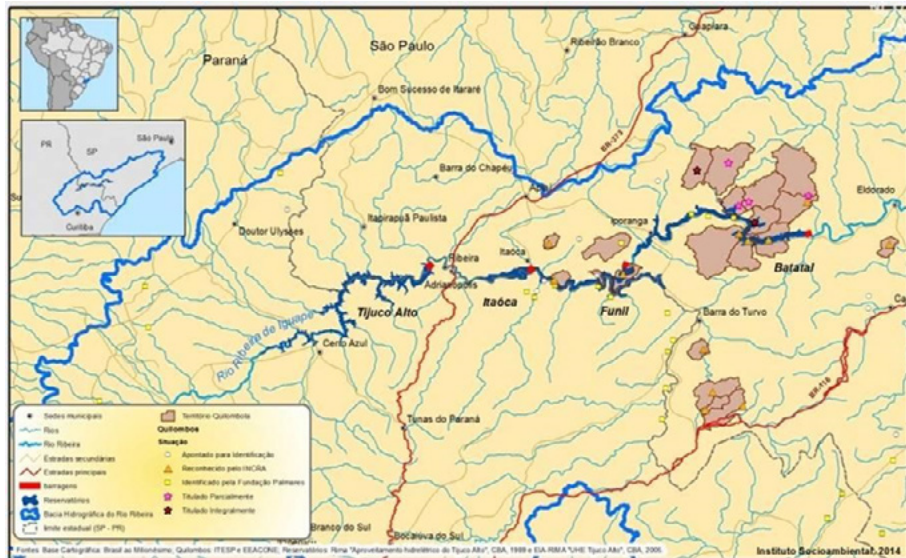
### 3.1 O RIO RIBEIRA DE IGUAPE E A LUTA CONTRA A BARRAGEM DE TIJUCO ALTO

Nascimento (2005) explica que o Rio Ribeira de Iguape é formado pelos rios Açungui e Ribeirinha, que nascem na cidade de Cerro Azul, no estado do Paraná. Ao atravessar a cidade Ribeira (SP), o rio entra no estado de São Paulo, atravessando logo depois os municípios de Apiaí, Iporanga, Eldorado, até chegar a Registro (SP) e, por fim, desaguar no Oceano Atlântico, no município de Iguape (SP), totalizando um percurso de 520 km de extensão. Cabe ainda ressaltar que todos os rios que banham os municípios de Ribeira Apiaí, Eldorado, Registro e Jacupiranga são tributários do Rio Ribeira de Iguape, devido à formação geográfica do Rio Ribeira e por serpentear toda a região e somar-se a muitos afluentes que deságuam no Atlântico. Com essas características, o lugar era propício para a ocupação e povoamento. Como os rios apresentavam a única possibilidade de comunicação, a ocupação humana em todo o Vale do Ribeira foi sendo orientada pelos seus cursos e formava diversas comunidades como os quilombolas e remanescentes de quilombo, caiçaras, aldeias indígenas Guaranis e comunidades de agricultores familiares, constituindo-se num verdadeiro mosaico de povos e comunidades.

O histórico de defesa do Rio Ribeira é bastante relevante no que compete ao histórico de resistência dos povos e comunidades tradicionais no Vale do Ribeira e a relação com a água. Há cerca de 30 anos diversas organizações, lideranças, movimentos e coletivos da região denunciam os inúmeros impactos que foram gerados pela especulação de uma possível construção do complexo de barragens, para a geração de energia elétrica, ameaçando seus modos de vida. Para lutar contra essa ameaça, as populações tradicionais e, em especial, as comunidades quilombolas, se organizaram e criaram

o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB). Tudo começou com um estudo aprovado pelo governo federal na primeira metade da década de 90, que previa a construção de quatro hidrelétricas: Funil, Itaoca e Batatal, junto à Usina Hidroelétrica (UHE) de Tijuco Alto, conforme Figura 1. Três delas estariam sob a responsabilidade da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), e a UHE de Tijuco Alto ficaria a cargo de um empreendimento destinado a gerar energia em benefício de uma única empresa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), de propriedade do Grupo Votorantim. A área que se destinava a ser alagada seria de 51,7 km<sup>2</sup> e destruiria o patrimônio natural e cultural da região, além de destruir outras dinâmicas relacionadas ao rio, como a pesca e a agricultura, que também são de interesse coletivo. Desta forma, as comunidades usavam cartazes em audiências públicas com frases “Barragens não, queremos viver” e “Terra sim, barragens não”, abordando a importância da titularidade das terras aos quilombolas e alegando que “Os rios são as veias para a mãe Terra e os Rios são as nossas vidas” (Pinto, 2014).

Figura 1 – A proposta de construção de 4 usinas hidroelétricas no Vale do Ribeira



FONTE: Instituto Socioambiental (2016).

O reservatório atingiria parcialmente, segundo Jeronimo, Bermann e Guy-Guerra (2012), os estados de SP e PR, nos municípios de Ribeira e Itapirapuã Paulista, em São Paulo; e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Paraná. Como resultado, a construção dos reservatórios, conforme o mapa demonstra, deixaria submersos patrimônios naturais e espaços de reprodução sociocultural de comunidades ribeirinhas, afetando diretamente os laços de sociabilidade e causando outras degradações ambientais, como a proliferação de insetos transmissores de doenças, a destruição de leitos de rios e córregos, influenciando a qualidade das águas e, conseqüentemente, a presença de peixes, segundo destacam os autores.

Em razão de todos esses impactos, a população organizou-se na região pelo MOAB, juntando-se à luta indígenas Guarani, quilombolas, pequenos agricultores, trabalhadores organizados e movimentos sociais,

entre outras tantas organizações sociais que atuavam na região e que se opunham ao modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente insustentável, apontados nos projetos da CBA e da CESP para construção das usinas hidrelétricas. Além de movimentos sociais, a Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não governamentais também mostraram sua oposição à construção das barragens. Promoveram amplas campanhas, protestos, atos públicos e articulações com o Ministério Público Federal (MPF), além de outros órgãos públicos e universidades, para tentar impedir que o licenciamento da usina hidrelétrica prosseguisse e que a empresa iniciasse a construção da barragem.

Segundo Nascimento (2005), o poder público da região, de uma forma geral, assim como vários outros atores sociais, se posicionou de maneira favorável à implantação das barragens de Tijuco Alto. Para a autora, o projeto foi bem visto por uma parte da população que acreditava que por meio da compensação financeira e da geração de empregos decorrentes da construção os complexos hidrelétricos trariam o “desenvolvimento” e o “progresso” para o Vale do Ribeira, usando ainda como forte argumento a utilização das barragens como instrumento de contenção das “enchentes” famosas na região.

Em todo o histórico de especulação de Tijuco Alto foi utilizado o discurso do desenvolvimento regional, projeto de regularização fundiária, contenção de cheias, melhorias de infraestrutura para abastecimento de água, entre outras falácias do discurso desenvolvimentista. De acordo com estudos de caso realizados sobre os padrões vigentes de implantação de barragens, estas têm gerado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos e acentuado as desigualdades sociais nos territórios (Jeronymo; Bermann, Guy-Guerra, 2012).

É visível durante todo o processo de luta e resistência contra Tijuco Alto e em defesa do Rio Ribeira a forma como a especulação e a lógica

privada se apropriaram de territórios, recursos naturais e interferiram diretamente na reprodução de práticas comunitárias e de subsistência de diversas realidades na região. Nesse caso, as comunidades rurais foram removidas do espaço social pela presença e ação do agente econômico do desenvolvimento, segundo os autores (Jeronymo; Bermann, Guy-Guerra, 2012).

Cabe destacar que, ao contrário de outros projetos de barragens com altos impactos socioambientais, a UHE Tijuco Alto não possuía um elemento que tem sido um dos catalisadores dos projetos de barragem no Brasil: o argumento da Defesa Nacional. Em geral, as usinas e barragens hidrelétricas são apresentadas ao público como projetos que irão beneficiar o conjunto de toda a população brasileira, sendo lícito, declarado e visível que famílias inteiras teriam que abrir mão de suas terras e modo de vida tradicional, em virtude de toda a produção da usina que seria consumida pelas indústrias da CBA. É possível afirmar que a oposição ao projeto da UHE Tijuco Alto aglutinou entidades e organizações das mais diversas origens, estratos sociais, formações étnicas e objetivos distintos. Por esse motivo, a empresa não pôde manipular a opinião pública a seu favor (Nascimento, 2005).

Os objetivos iniciais do movimento descritos pelo MOAB buscam conscientizar, capacitar, organizar e informar a população do Vale do Ribeira sobre os projetos de barragens e a falácia do discurso desenvolvimentista em relação a tais empreendimentos (Rosa, 2007). Outro aspecto importante colocado pelo autor é o papel do MOAB ao criar uma organização, articulação e assessoria às comunidades negras, a EAACONE – Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras

do Vale do Ribeira SP/PR<sup>4</sup>, que difere do MOAB<sup>5</sup>, centrando seus objetivos para articular e organizar demandas das comunidades negras e quilombolas da região.

Portanto, verificamos que o MOAB é fruto e foi gerado de conflitos criados sob a lógica do crescimento e do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, uma vez que congrega populações excluídas historicamente do território. Observa-se que o movimento tem frentes e formas de cooperação, de autogestão ou cogestão na economia local/regional diante de crises, junto das comunidades. Os quilombolas, por exemplo, depositaram em terras tituladas seu maior bem de sobrevivência, de luta e resistência.

Além dessas relações e articulações, o MOAB também carrega em sua origem os princípios da Teologia da Libertação e das suas respectivas pastorais, com base no trabalho de Sueli Berlanga e Ângela Biaggioni, as irmãs pastorinhas, da Congregação Irmãs Jesus do Bom Pastor que tem ligação direta com a fundação do movimento.

Outro destaque bastante relevante na pesquisa de Rosa (2007) é a relação do MOAB com o Estado, que, para o autor, tem uma autonomia relativa, pois interage com o Estado de maneira estratégica para alcançar suas reivindicações, mas atua constantemente contra as ações e posturas tecnocratas, racistas e coloniais na região, ocasionadas pelo próprio Estado. Dentro da mesma lógica e estratégia, o MOAB também se destaca por trazer a discussão racial, caracterizando-se como uma luta antirracista e decolonial, ao reivindicar a valorização da resistência negra, assim como a reflexão das suas condições de subalternidade na sociedade. O autor ainda aborda a confluência desses dois fatos históricos – a ação

4 A sede do movimento fica na cidade de Eldorado (SP) e atualmente congrega na sua formação comunidades, quilombolas, indígenas, caiçaras, agricultores familiares, movimentos populares da igreja católica, sindicatos, entidades ambientalistas e entidades jurídicas.

5 MOAB como a EAACONE acabam por consolidar um escritório de articulação local que se organiza a partir das demandas e reivindicações das comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas etc.

pastoral de uma Igreja libertária e a existência de possibilidade de reconhecimento de território quilombola previsto em lei – que levaram à concretização do MOAB enquanto novo movimento social. É possível verificar na atuação do MOAB e da Igreja, associada a outras parcerias como os sindicatos rurais, Ministério Público, em trabalhos que fortalecem as relações comunitárias como um dos maiores avanços possíveis, conforme a linha do tempo desenvolvida nesta pesquisa.

Diante deste breve histórico é importante destacar que as pessoas e organizações que estão à frente deste movimento têm um longo histórico de trabalho no Vale do Ribeira e se opõem a um modelo de desenvolvimento que privilegie a concentração de terras e a instalação de grandes empreendimentos, em detrimento da sobrevivência e bem-estar das populações tradicionais e da possibilidade de se trilhar o rumo à chamada sustentabilidade socioambiental.

O MOAB e a defesa do Rio Ribeira do Iguape se enquadram na abordagem biocêntrica, da interculturalidade e da decolonialidade com ações pautadas na sustentabilidade superforte mesmo diante de tanta desigualdade que a comunidade quilombola enfrentou e enfrenta diante da força do Mercado e do Estado. Em 2014, o MOAB celebrou os 25 anos de existência e fortalecimento comunitário, mantendo o *slogan* “vida sim, barragem não”. Por meio da linha do tempo das ações do MOAB, observam-se diferentes frentes, ações e estratégias ao longo dos seus 30 anos. Foram uma série de eventos organizados em caminhadas, atos, mutirões, encontros, temáticos, seminários, audiências públicas, romarias, missas, celebrações, visitas em outros territórios atingidos por barragens, entre outras ações para discutir e denunciar as formas racistas e injustas do desenvolvimento no Vale do Ribeira e da lógica privada sob esses territórios.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abordagem decolonial, os indígenas e as comunidades tradicionais não são atrasadas e nem inferiores, pois que elas possuem seus valores, mitos, símbolos, experiências, saberes e apresentam práticas que buscam encontrar estratégias de enfrentamento ao projeto de modernidade ocidental e colonial imposto em seus territórios. Constatamos que invariavelmente esse projeto transforma toda forma de vida da terra, como um potencial recurso a ser explorado. Ao pensarmos em um território, água e comunidades, pensamos no cotidiano, no território como o chão vivido e sentido por essas pessoas, encontrando processos provenientes da matriz comunitária de povos que vivem imbricados com e na natureza, pois são também natureza. Essa abordagem epistemológica, metodológica e ontológica que envolve os estudos decoloniais se afasta da epistemologia dogmática, homogeneizante, universal, hierárquica, rompendo também com as ideias apresentadas nas narrativas do desenvolvimento e do progresso.

Ao constatarmos que a sociedade e a natureza se apresentam como um projeto da modernidade, buscamos verificar como as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira responderam ao modelo de desenvolvimento proposto no Brasil. A partir da pesquisa em campo, identificamos que os quilombolas apresentam um olhar integrativo e que, para pensar o Rio Ribeira, observam, sentem e agem no território de forma conjunta. O rio e a vida das pessoas estão imbricadas e não se separam. Verificamos que, desde a época da colonização, o rio tem feito parte da vida dessas comunidades e não teria lógica pensar de forma separada ou fragmentada a questão da água, e por essa razão as pessoas se organizaram no MOAB a fim de cuidarem e por tantos anos realizarem a defesa dos rios das propostas de mercado.

Diante da existência e atuação do MOAB, observamos que a água, o Rio Ribeira e o território são motivo de preocupação para as

comunidades e povos tradicionais da região. Eles perseguem na luta pelo lugar e na luta pela natureza, contra as ações da construção da UHE de Tijuco Alto em 2016, não perdendo de vista a preocupação e um olhar atento para outros projetos e propostas para o desenvolvimento da região, como a mineração, a qual impacta e pressiona o modo de viver dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Rio Ribeira de Iguape e suas territorialidades de uma maneira geral por causa da contaminação do mercúrio.

Sobre formas de pensar, sentir e agir acerca da água, eles respondem ao modelo de modernidade, por meio de uma racionalidade distinta ao modelo de desenvolvimento, pois apresentaram um caráter fundamentalmente vivido e inter-relacional com a Terra, destacando que o Ribeira desperta essa ligação nas comunidades de forma ontológica.

Os estudos realizados demonstram que o Rio Ribeira se caracteriza como um bem comum dos povos e até mesmo como um sujeito dotado de direitos para os integrantes do MOAB. É um bem comum desses povos na medida em que produz e organiza a vida das comunidades, seja pela sua simbologia, geografia, espiritualidade, poesia, literatura ou história. A abordagem ontológica torna-se fundamental para conhecer o território do Rio Ribeira, pois não se pode analisar apenas o econômico, o político e social, mas deve-se considerar em última instância, nas dinâmicas territoriais, os conflitos ontológicos e a interculturalidade. Não há comunidades com realidade única como a ontologia dualista da modernidade busca nos apresentar, mas sim um território diverso que requer uma noção que contemple realidades diversas e uma multiplicidade de grupos organizados, como configura o MOAB.

Neste sentido, essas práticas de mobilização vão ao encontro dos estudos realizados sobre os processos de comunidades negras na América Latina, os quais apresentam que a conservação da biodiversidade envolve território e a cultura dessas comunidades, onde conservar a

natureza relaciona-se com o cuidado (afeto) com o território, desta forma toda estratégia de conservação só é possível por meio dos conhecimentos e práticas culturais das comunidades, enfatizando os chamados territórios da diferença nessa luta .

No Vale do Ribeira, o rio e as comunidades negras, organizadas em movimento social, propõem que os territórios sejam concebidos com base na dinâmica dos rios, especialmente na bacia do rio, enfatizando a fórmula território mais cultura para pensar a biodiversidade.

Dentro desse contexto, consideramos que, por mais que exista um projeto da modernidade que separa sociedade e natureza, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira respondem ao modelo de desenvolvimento de forma integrada, onde apresentam uma resistência, pela afetividade, pela mobilização, pelos olhares outros, pelos pensamentos outros e por essas práticas outras acerca da água, a qual se configura em um modo sentipensante. De alguma forma, as ações dessas comunidades quilombolas por meio do MOAB apresentam-se com a proposta de uma epistemologia para a vida, pois fogem do paradigma do mercado.

Observa-se também que o território do Vale do Ribeira está permeado por jogos de interesses que geram ameaças para um meio de vida sustentável, ou de bem viver a essas famílias e comunidades. A história revisitada, de uma abordagem decolonial e sob a ótica dos participantes do MOAB, ressaltou a característica da região, como um lugar de exploração das riquezas e inviabilização dos povos e modos de vida tradicional, desde o período colonial e que permanece até os dias de hoje, seja pelo Estado ou pelo Mercado, passando do ouro à energia, do agronegócio e da mineração.

Destacamos também alguns elementos de grande relevância no que compete às discussões que orientam os planos, projetos e/ou

empreendimentos<sup>6</sup> que visam ao desenvolvimento no Vale do Ribeira, abordando com base na inflexão decolonial como cada um desses empreendimentos impactam e inviabilizam ainda mais a vida das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

No entanto, as três décadas de luta do MOAB permanecem ativas, pois o modelo de desenvolvimento proposto no Brasil segue pressionando as comunidades quilombolas como os pedidos de licenciamento das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que, segundo o MOAB, consistem em novas estratégias criadas pelo capitalista após o indeferimento da obra de UHE Tijuco Alto. Dessa forma, a mobilização das comunidades torna-se permanente e com novos riscos, pois os processos de licenciamento acabam por ser relativamente mais fáceis para esses empreendimentos apresentados como de pequeno porte, em que há um conflito entre o tempo e a velocidade (ritmo) do capital e o tempo e velocidade (ritmo) das comunidades para responder por meio do acesso aos aparelhos do Estado para defesa e proteção de seus territórios.

Neste sentido, o MOAB chama atenção para a resistência da própria vida do rio ao vivenciar todas as pressões e opressões que as comunidades sofrem em virtude do avanço do sistema capitalista. Tal olhar vai ao encontro das abordagens recentes, como dos Direitos da Natureza. O Rio Ribeira se apresenta aos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira como um lugar de memória, mas também de futuro, visto que suas práticas, comunicação, mobilidade e saberes estão inteiramente ligados ao rio e aos impactos gerados nele.

Consideramos que toda construção dos saberes e conhecimentos locais evidenciados nas experiências vividas pelo e no MOAB, geraram processos de aprendizagem e reconhecimento das comunidades e

---

6 Há uma quantidade de pedidos futuros para exploração mineral expedidos nos órgãos competentes que estão em sobreposição de terras tradicionais quilombolas. São conflitos com uma assimetria grave, e, ocorrendo essas autorizações, as comunidades irão sofrer novamente ameaças aos seus territórios, repetindo a situação vivida diante da criação dos Parques e UCs.

povos tradicionais da região, fortalecendo ainda mais os sujeitos no movimento de luta e resistência em defesa do Rio Ribeira de Iguape, proporcionando uma defesa permanente, a qual é gerada por esse Sentir e Pensar com a Terra. As lições desenvolvidas e aprendidas mostraram-se baseadas em processos de sustentabilidade superforte, pois acercam-se de ações pautadas em alternativas ao desenvolvimento por meio da mobilização intercultural, e manifestam epistemologias outras que descolonizam tanto as estruturas como os paradigmas dominantes da racionalidade do projeto de modernidade.

Por fim, o Rio Ribeira de Iguape mostrou-se como um elemento vivo de fundamental importância para as comunidades, por trazer a dimensão de pertencimento às pessoas do Vale do Ribeira. Este viver sentipensante das comunidades ribeirinhas mostrou como é possível a solidariedade, a participação, a pluralidade de conhecimentos e abre caminhos para a construção de conhecimentos outros por meio da compreensão da necessidade de resistir para reexistir no território. Onde essas práticas radicais nas relações com o mundo geram epistemologias outras para a vida.

## REFERÊNCIAS

- ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALVES, T. T.; SAHR, C. L. L. Regularização fundiária no “Vale do Ribeira Negro”: descompassos entre redes e escalas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 119, p. 287-310, 2010.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERLANGA, M. S. Conflitos nos Quilombos, Vale do Ribeira, SP. **Revista Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo**, Campinas, 2017.
- CULLINAN, C. Direitos da natureza. *In*: KOTHARI, A. *et al.* **Pluriverso: um dicionário pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021.

DIEGUES, A. C. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA, 1., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2007.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, A. **Sentir pensar com la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Trad. Eduardo Restrepo. Bogotá: Envión Editores, 2010.

ESPINOZA, R. de F. **Rivalidade entre os polos**: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

FERREIRA, R. M. A construção do conhecimento em Ciências Ambientais: contribuições da abordagem decolonial. *In*: SGUAREZI, S. B. **Ambiente e Sociedade no Brasil Central**: Diálogos Interdisciplinares e Desenvolvimento Regional. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Ed. UNEMAT, 2019.

GÓMEZ, P. B. Sentir pensar. *In*: KOTHARI, A. *et. al.* **Pluriverso**: um dicionário pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

GUDYNAS, E. Desarrollo sostenible: una guía básica de conceptos y tendencias hacia outra economía. **Otra Economía**, Provincia de Buenos Aires, v. IV, n. 6, p. 43-66, 2010.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **População do Vale do Ribeira está livre de Tijuco Alto**. 2016. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-do-vale-do-ribeira-esta-livre-de-tijuco-alto>. Acesso em: 15 ago. 2022.

JERONYMO, A. C. J.; BERMANN, C.; GUY-GUERRA, S. M. Deslocamentos, itinerários e destinos de populações atingidas por Barragens: UHE Tijuco Alto, SP-PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 25, p. 133-152, jan.-jun. 2012.

MACAS, L. Sumak Kawsay. La vida en plenitud. *En*: HIDALGO CAPITÁN, A. L.; GUILLÉN GARCÍA, A.; DELEG GUAZHA, N. (ed.). **Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**. Sumak Kawsay Yuyay. Huelva-Cuenca: FIUCUHU, 2010.

MARINHO, M. de A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas**: uma análise do Parque Estadual Intervales e o Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira-SP). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELLO, C. G. de. **Para resistir é preciso ter primeiro a opção de se libertar**: o processo de re-existência dos povos e comunidades tradicionais do Rio Ribeira de Iguape, São Paulo. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

MIGNOLO, W. **Yo no quiero ser humano**: porque el concepto humanidad construyó el racismo. Desinformémonos. Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 20 ago. 2016. Disponível em: <https://desinformemonos.org/yo-no-quiero-ser-humano-porque-el-concepto-humanidad-construyo-el-racismo-walter-mignolo-en-la-ibero/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MONCAYO, V. M. Presentación: Fals Borda: hombre hikota y sentipensante. *En*: BORDA, O. F. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Editora CLACSO, 2009. p. 9-19.

NASCIMENTO, L. K. Identidade cultural e territorialidade: impactos das políticas ambientais e dos projetos de barragens nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, L. K. **O lugar do Lugar no ensino de Geografia**: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira-SP. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.

OSTROM, E. **Governing the commons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PINTO, M. A. M. **MOAB**: a saga de um povo. Eldorado, SP: Gráfica Somet, 2014. (Projeto MOAB, EAACONE e NEGRAS-Vale do Ribeira).

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, Santiago, n. 41, p. 237, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. **Oceania**, [s.l.], v. 7, n. 4570, p. 2510, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Geografía de los movimientos sociales en América Latina. Venezuela: Editorial IVIC, 2009.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Ecuador Debate**, [s.l.], n. 84, dic. 2011.

QUIJANO, A. “Colonialidad y Modernidad-Racionalidade”. *In*: BONILLA, H. **Los Conquistados**: 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, 1992. p. 437-447.

QUIJANO, A. El Fantasma del Desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 2, p. 73-91, 2000.

RESTREPO, E. **Inflexión decolonial**: fuentes, categorías y cuestionamientos. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

ROSA, L. da S. **Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social**: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB). 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SHIVA, V. **Guerras por água**: Privatização, poluição e lucro. 1. ed. São Paulo: Ed. Radical Livros, 2006.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: Um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-38, jan.-jun. 2019.